TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMACAO DO PRECO	
EMPRESA:	NOSSA SERVIÇO TEMPORÁRIO E GESTÃO DE PESSOAS
PROCESSO LICITATÓRIO:	
OBJETO DA LICITAÇÃO:	
Data apresentacao proposta	4/10/2012
Regime Tributário da Empresa: LUCRO REAL	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
Tipo de Serviço		Continuado
Unidade de Medida		POSTOS DE TRABALHO
Mao-de-Obra vinculada ao contrato:		
	Auxiliar Serviços Gerais	8
	Operador de Empilhadeira	3
	Telefonista	2
	Operador de Almoxarifado	1
	Recepcionista	2
	Supervisor	1
	Auxiliar Serviços Geraais - Per. Eleitoral	13
	Telefonista - Per. Eleitoral	1
N. De Meses da execucao contratual		4
Categoria Profissional		Operador de Empilhadeira
Data base da categoria		1/6/2013
Valor do salário normativo da Categoria		R$ 930,00

CARGA HORARIA SEMANAL:	44	HORAS	OBS: Para telefonista, alterar para 36 horas semanais

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

REMUNERAÇÃO	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Salário Base		100,00%	930,00	Salário da categoria, conforme CCT
Adicional Noturno e Hora Red Not.		0,00%	0,00	
Adicional Periculosidade		0,00%	0,00	
Adicional Insalubridade		0,00%	0,00	
Adicional de Horas Extras		0,00%	0,00	
DSR s/ Hora Extra		0,00%	0,00	
Outros (Especificar)		0,00%	0,00	Conforme CCT
Outros (Especificar)		0,00%	0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		100,00%	*930,00*	Salario + Adicionais

MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 2.1: Encargos Previdenciarios e FGTS

2.1	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	20,00%	186,00	Fundamento Legal: art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Portanto, igual a 20% sobre o total da remuneração.
SESI/SESC	1,50	1,50%	13,95	Fundamento Legal: art. 30 da Lei 8.036/90. Portanto, igual a 1,5% sobre o total da remuneração.
INCRA	0,20	0,20%	1,86	Fundamento Legal: art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70. Portanto 0,2% sobre o total da remuneração.
SENAI/SENAC	1,00	1,00%	9,30	Fundamento Legal: Decreto nº 2.318/86. Portanto, 1% sobre o total da remuneração.

JURIDICO NOSSA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

Salário Educação	2,50	2,50%	23,25	Fundamento Legal: Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; art 2º, do Decreto nº 3412/99. Portanto, 2,5% sobre o total da remuneração.
SEBRAE	0,60	0,60%	5,58	Fundamento Legal: Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90. Portanto, 0,6% sobre o total da remuneração.
R.A.T.	3,00	3,00%	27,90	Fundamento Legal: Art. 22, inciso II, alineas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1316/10 (Fator Acidentario de Prevenção FAP). Aliquotas: 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzidas em até 50% ou acrescidas em até 100% de acordo com o FAP. Atividade preponderante limpeza codigo: 8121-4/00 aliquota 3%
FGTS	8,00	8,00%	74,40	Fundamento Legal: Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.Portanto, 8,0% sobre a remuneração.
outros	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL DO GRUPO 2.1	**36,80**	**36,80%**	***342,24***	Soma de todos os Encargos Sociais do Grupo 2.1

SUBMÓDULO 2.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL FÉRIAS

4.2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ADICIONAL DE FÉRIAS	2,78	2,78%	25,85	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal". Tem-se: **((1/3)/12) x 100 = 2,78%**
13º SALARIO	8,33	8,33%	77,47	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título. Tem-se: **1/12 x 100 = 8,33%.**
Subtotal	**11,11**	11,11%	103,32	
INCID. DO 2.1 SOBRE 13º SAL. E ADIC. DE FÉRIAS	4,09	4,09%	38,02	
TOTAL DO GRUPO 2.2	**15,20**	15,20%	**141,35**	

SUBMÓDUILO 2.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

2.3	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
LICENÇA MATERNIDADE	0,03	0,03%	0,28	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salario e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Relfexo: 0,03%
INCID. DO 2.1 SOBRE LICENÇA MATERNIDADE	0,01	0,01%	0,10	
TOTAL DO GRUPO 2.3	**0,04**	**0,04%**	**0,38**	

SUBMÓDULO 2.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

2.4	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO

JURIDICO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

AVISO PREVIO INDENIZADO	0,42	0,42%	3,91	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1° do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo **((1/12)x 0,05) x 100 =0,42%**.
INCIDENCIA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,03	0,03%	0,31	Jurisprudência TCU - Acórdão 2.217/2010 - Plenário
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,02	0,02%	0,16	**D71 x 8% x 50%**
AVISO PREVIO TRABALHADO	0,04	0,04%	0,37	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. Cerca de 2% do pessoal é demitido nessa situação (Acordão TCU 6771/2009). Logo a provisão representa: **((7/30)/12)x0,02 x 100 = 0,04%**.
INCID 2.1 S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,01	0,01%	0,14	
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,00	0,00%	0,01	**D73 x 8% x 50%**
MULTA FGTS - RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	4,30	4,30%	39,99	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário o cálculo dessa provisão corresponde a: **0,08 x 0,5 x 0,9 x (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 * 1/12) = 4,30%**.
TOTAL DO GRUPO 2.4	4,83	4,83%	44,89	

SUBMÓDULO 2.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

2.5	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
FERIAS	8,33	8,33%	77,47	Afastamento de 30 dias, sem prejuizo da remuneração, após cada periodo de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. **Calculo: 1/12 x 100 = 8,33%**.
AUSÊNCIA POR DOENÇA	1,66	1,66%	15,44	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). **Calculo: (5,96/30)/12x100 = 1,66%**.

JURIDICO NOSSA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

LICENÇA PATERNIDADE	0,02	0,02%	0,19	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma a provisão para este item corresponde a :**((5/30)/12) x 0,015 x 100 = 0,02%.**
FALTAS LEGAIS	0,28	0,28%	2,60	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT que elenca as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salario correspondente. De acordo com dados estaticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse titulo. Nesse caso a provisão será de: **((1/30)/12) x 100 = 0,28%.**
AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO	0,03	0,03%	0,28	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: **((15/30)/12) x 0,0078 x 100 = 0,03%.**
outros	0,00	0,00%	0,00	
Subtotal	**10,32**	**10,32%**	**95,98**	
INCID. 2.1 S/ CUSTO REP PROF AUSENTE	3,80	3,80%	35,32	
TOTAL DO GRUPO 2.5	**14,12**	**14,12%**	**131,30**	

QUADRO RESUMO MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

RESUMO 2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
2.1. ENCARGOS PREVIDENC. e FGTS	36,80	36,80%	342,24	
2.2. 13º SALÁRIO e ADICIONAL FERIAS	15,20	15,20%	141,35	
2.3.AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,04	0,04%	0,38	
2.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	4,83	4,83%	44,89	
2.5. CUSTO DE REPOS. PROF. AUSENTE	14,12	14,12%	131,30	
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS	**70,98**	**70,98%**	660,15	2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5

	% s/ TOTAL	VALOR	
VALOR DA MÃO DE OBRA	59,98%	*1.590,15*	= Remuneração + Encargos Sociais

MÓDULO 3: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

(*) O valor informado deverá ser o custo real do insumo, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.

JURÍDICO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

BENEFÍCIOS	% s/REMUN	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Vale-transporte	6,30%	2,21%	58,60	
Auxílio alimentação	24,73%	8,68%	230,00	Conforme CCT
Assistencia Medica	0,00%	0,00%	0,00	Conforme CCT
Assistencia Social Familiar	0,00%	0,00%	0,00	Conforme CCT
Fundo de Formação Profissional	0,00%	0,00%	0,00	Conforme CCT
Seguro de Vida	0,48%	0,17%	4,50	
- outros	0,00%	0,00%	0,00	
- outros	0,00%	0,00%	0,00	
- outros	0,00%	0,00%	0,00	
- outros	0,00%	0,00%	0,00	
TOTAL DOS BENEFICIOS	31,52%	11,06%	*293,10*	Total dos Insumos = MONTANTE "MÓDULO 2"

MÓDULO 4: INSUMOS DIVERSOS

INSUMOS	% s/REMUN	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Uniforme/EPI	10,62%	3,73%	98,75	Planilha de Insumos
Outros	0,00%	0,00%	0,00	Planilha de Insumos
Outros	0,00%	0,00%	0,00	Planilha de Insumos
Outros	0,00%	0,00%	0,00	Planilha de Insumos
TOTAL DOS INSUMOS	10,62%	3,73%	98,75	

	% s/ TOTAL	VALOR	
TOTAL CUSTOS DIRETOS	74,77%	*1.982,00*	= Mão de Obra + Benefícios + Insumos

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

CUSTOS INDIRETOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Despesas Administrativas	11,35	8,49%	224,96	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
= Total dos Custos Indiretos	11,35	8,49%	*224,96*	Total dos Custos Indiretos

LUCRO	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Lucro:	3,00	2,50%	66,21	% Sobre Custos Diretos + Custos Indiretos
= TOTAL DO LUCRO		2,50%	*66,21*	Total do Lucro

= SUB TOTAL (mo+ins+lucro+desp adm)			*2.273,17*	Mão de Obra + Insumos + Lucro + Desp Adm.

TRIBUTOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ISS	5,00	5,00%	132,55	Legislação específica de cada município de acordo com a LC 116/2003
COFINS	7,60	7,60%	201,47	Lei nº 10833
PIS	1,65	1,65%	43,74	Lei nº 10637
- Outro (Especificar)	0,00	0,00%	0,00	

JURIDICO
NOSSA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
PLANILHA DE CUSTOS

- Outro (Especificar)	0,00	0,00%	0,00	
= TOTAL DOS TRIBUTOS	14,25	14,25%	377,76	Total dos Tributos
Base de Cálculo dos Tributos:	2.650,92			
TAXA GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO		25,23%	668,92	Total da Desp Adm + Lucro + Tributos
TOTAL:			2.650,92	Total da Planilha

JURIDICO NOSSA

HORA EXTRA 50%	
EMPRESA:	
PROCESSO LICITATÓRIO:	
OBJETO DA LICITAÇÃO:	
Data apresentacao proposta	

Mao-de-Obra vinculada ao contrato:	
Copeira	

CARGA HORARIA MENSAL:	220	HORAS

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

REMUNERAÇÃO	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Valor da Hora Extra 100%		83,33%	6,34	(Remuneração / Carga horaria mensal) * 1,5
DSR (Descanso Semanal Remunerado)		16,67%	1,27	(Total Hora Extra / 25) * 5
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		100,00%	*7,61*	

MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 2.1: Encargos Previdenciarios e FGTS

2.1	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	20,00%	1,52	Fundamento Legal: art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Portanto, igual a 20% sobre o total da remuneração.
SESI/SESC	1,50	1,50%	0,11	Fundamento Legal: art. 30 da Lei 8.036/90. Portanto, igual a 1,5% sobre o total da remuneração
INCRA	0,20	0,20%	0,02	Fundamento Legal: Decreto Lei nº 1.146/70. Portanto 0,2% sobre o total da remuneração
SENAI/SENAC	1,00	1,00%	0,08	Fundamento Legal: Decreto nº 2.318/86. Portanto, 1% sobre o total da remuneração
Salário Educação	2,50	2,50%	0,19	Fundamento Legal: Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82. Portanto, 2,5% sobre o total da remuneração
SEBRAE	0,60	0,60%	0,05	Fundamento Legal: Art. 8º da Lei 8.029/910, alterada pela Lei nº 8.154/90. Portanto, 0,6% sobre o total da remuneração
R.A.T.	3,00	3,00%	0,23	Fundamento Legal: Art. 22, inciso II, da Lei 8.212/91 e Decreto nº 3048, de 6/5/99, anexo V, alterado pelo Decreto 6042 de 12/2/07.

JURÍDICO NOSSA

FGTS	8,00	8,00%	0,61	Fundamento Legal: Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.Portanto, 8,0% sobre a remuneração.
outros	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL DO GRUPO 2.1	36,80	36,80%	2,80	Soma de todos os Encargos Sociais do Grupo 2.1

SUBMÓDULO 2.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL FÉRIAS

4.2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ADICIONAL DE FÉRIAS	2,78	2,78%	0,21	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal". Tem-se: **((1/3)/12) x 100 = 2,78%**
13º SALARIO	8,33	8,33%	0,63	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título. Tem-se: **1/12 x 100 = 8,33%.**
Subtotal	11,11	11,11%	0,85	
INCID. DO 2.1 SOBRE 13º SAL. E ADIC. DE FÉRIAS	4,09	4,09%	0,31	
TOTAL DO GRUPO 2.2	15,20	15,20%	1,16	

SUBMÓDUILO 2.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

2.3	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
LICENÇA MATERNIDADE	0,03	0,03%	0,00	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salario e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Relfexo: 0,03%
INCID. DO 2.1 SOBRE LICENÇA MATERNIDADE	0,01	0,01%	0,00	
TOTAL DO GRUPO 2.3	0,04	0,04%	0,00	

SUBMÓDULO 2.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

2.4	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO

JURÍDICO AV NOSSA

AVISO PREVIO INDENIZADO	0,42	0,42%	0,03	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo **((1/12)x 0,05) x 100 =0,42%**.
INCIDENCIA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,03	0,03%	0,00	Jurisprudência TCU - Acórdão 2.217/2010 - Plenário
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,02	0,02%	0,00	**D68 x 8% x 50%**
AVISO PREVIO TRABALHADO	0,04	0,04%	0,00	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. Cerca de 2% do pessoal é demitido nessa situação (Acordão TCU 6771/2009). Logo a provisão representa: **((7/30)/12)x0,02 x 100 = 0,04%**.
INCID 2.1 S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,01	0,01%	0,00	
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,00	0,00%	0,00	**D71 x 8% x 50%**
MULTA FGTS - RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	4,30	4,30%	0,33	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário o cálculo dessa provisão corresponde a: **0,08 x 0,5 x 0,9 x (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 * 1/12) = 4,30%**.
TOTAL DO GRUPO 2.4	**4,83**	**4,83%**	**0,37**	

SUBMÓDULO 2.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

2.5	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO

JURÍDICO AV NOSSA

FERIAS	**8,33**	8,33%	0,63	Afastamento de 30 dias, sem prejuizo da remuneração, após cada periodo de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. **Calculo: 1/12 x 100 = 8,33%.**
AUSÊNCIA POR DOENÇA	**1,66**	1,66%	0,13	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). **Calculo: (5,96/30)/12x100 = 1,66%.**
LICENÇA PATERNIDADE	**0,02**	0,02%	0,00	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma a provisão para este item corresponde a :**((5/30)/12) x 0,015 x 100 = 0,02%.**
FALTAS LEGAIS	**0,28**	0,28%	0,02	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT que elenca as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuizo ao salario correspondente. De acordo com dados estaticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse titulo. Nesse caso a provisão será de: **((1/30)/12) x 100 = 0,28%.**

JURIDICO NOSSA

AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO	0,03	0,03%	0,00	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: **((15/30)/12) x 0,0078 x 100 = 0,03%.**
outros	0,00	0,00%	0,00	
Subtotal	**10,32**	**10,32%**	**0,79**	
INCID. 2.1 S/ CUSTO REP PROF AUSENTE	3,80	3,80%	0,29	
TOTAL DO GRUPO 2.5	**14,12**	**14,12%**	**1,07**	

QUADRO RESUMO MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

RESUMO 2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
2.1. ENCARGOS PREVIDENC. e FGTS	36,80	36,80%	2,80	
2.2. 13º SALARIO e ADICIONAL FERIAS	15,20	15,20%	1,16	
2.3.AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,04	0,04%	0,00	
2.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	4,83	4,83%	0,37	
2.5. CUSTO DE REPOS. PROF. AUSENTE	14,12	14,12%	1,07	
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS	**70,98**	**70,98%**	5,40	2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5

	% s/ TOTAL	VALOR	
VALOR DA MÃO DE OBRA	74,77%	***13,01***	**= Remuneração + Encargos Sociais**

MÓDULO 3: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

(*) O valor informado deverá ser o custo real do insumo, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

JURÍDICO NOSSA

CUSTOS INDIRETOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Despesas Administrativas	11,35	8,49%	1,48	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
= Total dos Custos Indiretos	11,35	8,49%	*1,48*	Total dos Custos Indiretos

LUCRO	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Lucro:	3,00	2,50%	0,43	% Sobre Custos Diretos + Custos Indiretos
= TOTAL DO LUCRO		2,50%	*0,43*	Total do Lucro
= SUB TOTAL (mo+ins+lucro+desp adm)			*14,92*	Mão de Obra + Insumos + Lucro + Desp Adm.

TRIBUTOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ISS	5,00	5,00%	0,87	Legislação específica de cada município de acordo com a LC 116/2003
COFINS	7,60	7,60%	1,32	Lei nº 10833
PIS	1,65	1,65%	0,29	Lei nº 10637
	0,00	0,00%	0,00	
- Outro (Especificar)	0,00	0,00%	0,00	
= TOTAL DOS TRIBUTOS	14,25	14,25%	*2,48*	Total dos Tributos
Base de Cálculo dos Tributos:	17,40			
TAXA GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO		25,23%	4,39	Total da Desp Adm + Lucro + Tributos

TOTAL:		
	17,40	Total da Planilha

JURÍDICO AV NOSSA

HORA EXTRA 100%	
EMPRESA:	
PROCESSO LICITATÓRIO:	
OBJETO DA LICITAÇÃO:	
Data apresentacao proposta	

Mao-de-Obra vinculada ao contrato:	
Copeira	

CARGA HORARIA MENSAL:	220	HORAS

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

REMUNERAÇÃO	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Valor da Hora Extra 100%		83,33%	8,45	(Remuneração / Carga horaria mensal) * 2
DSR (Descanso Semanal Remunerado)		16,67%	1,69	(Total Hora Extra / 25) * 5
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		100,00%	*10,15*	

MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 2.1: Encargos Previdenciarios e FGTS

2.1	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
INSS	20,00	20,00%	2,03	Fundamento Legal: art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91. Portanto, igual a 20% sobre o total da remuneração.
SESI/SESC	1,50	1,50%	0,15	Fundamento Legal: art. 30 da Lei 8.036/90. Portanto, igual a 1,5% sobre o total da remuneração
INCRA	0,20	0,20%	0,02	Fundamento Legal: Decreto Lei nº 1.146/70. Portanto 0,2% sobre o total da remuneração
SENAI/SENAC	1,00	1,00%	0,10	Fundamento Legal: Decreto nº 2.318/86. Portanto, 1% sobre o total da remuneração
Salário Educação	2,50	2,50%	0,25	Fundamento Legal: Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82. Portanto, 2,5% sobre o total da remuneração
SEBRAE	0,60	0,60%	0,06	Fundamento Legal: Art. 8º da Lei 8.029/910, alterada pela Lei nº 8.154/90. Portanto, 0,6% sobre o total da remuneração
R.A.T.	3,00	3,00%	0,30	Fundamento Legal: Art. 22, inciso II, da Lei 8.212/91 e Decreto nº 3048, de 6/5/99, anexo V, alterado pelo Decreto 6042 de 12/2/07.

JURÍDICO NOSSA

FGTS	8,00	8,00%	0,81	Fundamento Legal: Art. 15 da Lei. 8036/90 e art 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.Portanto, 8,0% sobre a remuneração.
outros	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL DO GRUPO 2.1	36,80	36,80%	3,73	Soma de todos os Encargos Sociais do Grupo 2.1

SUBMÓDULO 2.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL FÉRIAS

4.2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ADICIONAL DE FÉRIAS	2,78	2,78%	0,28	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal". Tem-se: **((1/3)/12) x 100 = 2,78%**
13º SALARIO	8,33	8,33%	0,85	A constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título. Tem-se: **1/12 x 100 = 8,33%.**
Subtotal	11,11	11,11%	1,13	
INCID. DO 2.1 SOBRE 13º SAL. E ADIC. DE FÉRIAS	4,09	4,09%	0,41	
TOTAL DO GRUPO 2.2	15,20	15,20%	1,54	

SUBMÓDUILO 2.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE

2.3	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
LICENÇA MATERNIDADE	0,03	0,03%	0,00	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salario e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Relfexo: 0,03%
INCID. DO 2.1 SOBRE LICENÇA MATERNIDADE	0,01	0,01%	0,00	
TOTAL DO GRUPO 2.3	0,04	0,04%	0,00	

SUBMÓDULO 2.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO

2.4	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO

JURÍDICO NOSSA

AVISO PREVIO INDENIZADO	0,42	0,42%	0,04	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo **((1/12)x 0,05) x 100 =0,42%.**
INCIDENCIA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,03	0,03%	0,00	Jurisprudência TCU - Acórdão 2.217/2010 - Plenário
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO INDENIZADO	0,02	0,02%	0,00	**D68 x 8% x 50%**
AVISO PREVIO TRABALHADO	0,04	0,04%	0,00	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. Cerca de 2% do pessoal é demitido nessa situação (Acordão TCU 6771/2009). Logo a provisão representa: **((7/30)/12)x0,02 x 100 = 0,04%.**
INCID 2.1 S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,01	0,01%	0,00	
MULTA DO FGTS S/ AV PREVIO TRABALHADO	0,00	0,00%	0,00	**D71 x 8% x 50%**
MULTA FGTS - RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	4,30	4,30%	0,44	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando que 10% dos empregados pedem contas, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário o cálculo dessa provisão corresponde a: **0,08 x 0,5 x 0,9 x (1 + 1/12 + 1/12 + 1/3 * 1/12) = 4,30%.**
TOTAL DO GRUPO 2.4	**4,83**	**4,83%**	**0,49**	

SUBMÓDULO 2.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

2.5	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO



FERIAS	**8,33**	8,33%	0,85	Afastamento de 30 dias, sem prejuizo da remuneração, após cada periodo de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. **Calculo: 1/12 x 100 = 8,33%.**
AUSÊNCIA POR DOENÇA	**1,66**	1,66%	0,17	Esta parcela refere-se aos dias em que o empregado fica doente e a contratada deve providenciar sua substituição. Entendemos que deva ser adotado 5,96 dias, conforme consta do memorial de cálculo encaminhado pelo MP, devendo-se converter esses dias em mês e depois dividi-lo pelo número de meses no ano. (Acórdão 1753/2008 – Plenário TCU). **Calculo: (5,96/30)/12x100 = 1,66%.**
LICENÇA PATERNIDADE	**0,02**	0,02%	0,00	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT - , concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma a provisão para este item corresponde a :**((5/30)/12) x 0,015 x 100 = 0,02%.**
FALTAS LEGAIS	**0,28**	0,28%	0,03	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT que elenca as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuizo ao salario correspondente. De acordo com dados estaticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse titulo. Nesse caso a provisão será de: **((1/30)/12) x 100 = 0,28%.**

JURIDICO NOSSA

AUSÊNCIA POR ACIDENTE DE TRABALHO	0,03	0,03%	0,00	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: **((15/30)/12) x 0,0078 x 100 = 0,03%.**
outros	0,00	0,00%	0,00	
Subtotal	**10,32**	**10,32%**	**1,05**	
INCID. 2.1 S/ CUSTO REP PROF AUSENTE	3,80	3,80%	0,39	
TOTAL DO GRUPO 2.5	**14,12**	**14,12%**	**1,43**	

QUADRO RESUMO MÓDULO 2: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

RESUMO 2	%	% s/REMUN	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
2.1. ENCARGOS PREVIDENC. e FGTS	36,80	36,80%	3,73	
2.2. 13º SALARIO e ADICIONAL FERIAS	15,20	15,20%	1,54	
2.3.AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,04	0,04%	0,00	
2.4. PROVISÃO P/ RESCISÃO	4,83	4,83%	0,49	
2.5. CUSTO DE REPOS. PROF. AUSENTE	14,12	14,12%	1,43	
TOTAL ENCARGOS SOCIAIS	**70,98**	**70,98%**	7,20	2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5

	% s/ TOTAL	VALOR	
VALOR DA MÃO DE OBRA	74,77%	*17,35*	= Remuneração + Encargos Sociais

MÓDULO 3: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

(*) O valor informado deverá ser o custo real do insumo, descontado o valor eventualmente pago pelo empregado.

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

JURÍDICO NOSSA

CUSTOS INDIRETOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Despesas Administrativas	11,35	8,49%	1,97	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
- (especificar)	0,00	0,00%	0,00	% Sobre Custos Diretos
= Total dos Custos Indiretos	11,35	8,49%	*1,97*	Total dos Custos Indiretos

LUCRO	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
Lucro:	3,00	2,50%	0,58	% Sobre Custos Diretos + Custos Indiretos
= TOTAL DO LUCRO		2,50%	*0,58*	Total do Lucro
= SUB TOTAL (mo+ins+lucro+desp adm)			*19,90*	Mão de Obra + Insumos + Lucro + Desp Adm.

TRIBUTOS	%	% s/ TOTAL	VALOR	OBSERVAÇÕES FUNDAMENTO LEGAL/MEMÓRIA DE CÁLCULO
ISS	5,00	5,00%	1,16	Legislação específica de cada município de acordo com a LC 116/2003
COFINS	7,60	7,60%	1,76	Lei nº 10833
PIS	1,65	1,65%	0,38	Lei nº 10637
	0,00	0,00%	0,00	
- Outro (Especificar)	0,00	0,00%	0,00	
= TOTAL DOS TRIBUTOS	14,25	14,25%	*3,31*	Total dos Tributos
Base de Cálculo dos Tributos:	23,20			
TAXA GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO		25,23%	5,85	Total da Desp Adm + Lucro + Tributos

TOTAL:		
	23,20	Total da Planilha

JURÍDICO NOSSA